

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO E SEUS POSSÍVEIS EFEITOS SOBRE AS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO

SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu - CCH/PPGPS – UENF
Abreu.scheila@gmail.com
NOGUEIRA, Sonia Martins de Almeida - CCH/PPGPS – UENF
nogueira@uenf.br

RESUMO

O questionamento acerca das características necessárias à escola para obter sucesso e o manter impulsionam novas vertentes de análise, no intuito de se buscar pressupostos que possibilitem a compreensão de uma identidade da própria escola. Neste estudo buscou-se responder ao questionamento acerca da organização social do território e seus possíveis efeitos sobre o desempenho escolar. O trabalho buscou analisar, em breve abordagem, o sistema educacional municipal de Macaé/RJ a partir de um estudo de caso de duas escolas públicas de anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo como referência os indicadores demográficos e educacionais. Concebe-se a escola como um espaço de produção do seu próprio projeto de educação, considerando a sua complexidade, heterogeneidade e diversidade.

ABSTRACT

The questioning about features necessary for the school to succeed drive new forms of analysis, in order to seek assumptions that enable the understanding of a school's own identity. In this study sought to answer the question about the social organization of the territory and its possible effects on school performance. The study aimed to analyze shortly approach, the educational system of Macaé / RJ city from a case study of two public schools in early years of Basic Education, having as reference the demographic and educational indicators. It is conceived as a school production space of its own education project, considering its complexity, heterogeneity and diversity.

PALAVRAS- CHAVE

Gestão da Escola; Organização Social do Território; Rendimento Escolar

O TERRITÓRIO E SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Enquanto uma “obra coletiva que desafia a natureza” (Rolnik, 1995, p. 8) o aparecimento da cidade delimita uma nova relação do homem com a natureza, quando, para plantar, é preciso garantir o domínio permanente de um território. A natureza da cidade está no aglomerado de pessoas em torno de uma produtividade, em que a concentração de um população num espaço limitado, definido como espaço urbano, norteia-se por uma economia “baseada na divisão de trabalho entre campo e cidade e entre diferentes cidades” (Rolnik, 1995, p. 27). A atração de grandes contingentes populacionais para as cidades, gerada em função do mercado, cria uma estrutura urbana que reorganiza o seu espaço interno e também circundante. A cidade então possui um forte poder de atração, por se tornar um local de moradia e trabalho. Aos poucos, o espaço urbano vai ganhando os contornos de uma arquitetura criada e construída pelo homem garante a memória do “seu mundo”.

Tal espaço apresenta também o que geógrafos e diversos urbanistas muito já estudaram: uma realidade de desigualdade que isola determinadas pessoas e que, determinado por uma série de ações reais e simbólicas, define o espaço em que cada um vive e onde são produzidas e reproduzidas as relações sociais. A ocupação deste espaço reflete as desigualdades sociais presentes no nosso cotidiano, fruto das relações baseadas na divisão do trabalho e de renda. Enquanto uma entidade concreta, um organismo vivo (SANTOS, 2008), a cidade é um fenômeno coletivo, produto criatividade e da ação dos homens sobre um determinado espaço.

Enquanto um dos fatores responsáveis por determinar o local de residência da família (SILVA, 2006) a variável renda pode ser assim definida:

O padrão segregacionista do espaço residencial é produzido pela maior ou menor capacidade que os indivíduos/famílias de diferentes rendimentos têm de se apropriar das externalidades do espaço urbano (p.141).

O reconhecimento da reprodução e da ampliação das desigualdades no território repousa sobre dois pressupostos: “o primeiro é que o modo capitalista de produção é, intrinsecamente, produtor de desigualdades. O segundo é que tais desigualdades têm uma expressão geográfica” (THEIS e BUTZKE, 2010, p. 02). A ideia de democracia, de igualdade e justiça social diante do quadro de segregação espacial das cidades, perceptível na observação da paisagem cotidiana com sua divisão hierarquizada, que caracteriza as condições de vida das pessoas, é passível de ser questionada e investigada.

Para Neil Smith, a combinação de desigualdades geográficas é inerente ao desenvolvimento capitalista, considerando a necessidade de acumulação de capital e a necessidade de controle social. Assim, "o desenvolvimento desigual é a desigualdade social

estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados" (1998, p. 221).

São grandes os impactos ocasionados pelas transformações econômicas na organização socioespacial das cidades a partir de uma estrutura social dualizada e pela fragmentação do espaço socioterritorial, questionando-se o papel que a cidade exerce em relação à efetivação dos direitos de cidadania e da dinâmica democrática.

Os estudos da sociologia urbana e da sociologia da educação buscam ver os efeitos da segregação territorial na reprodução das desigualdades sociais, considerando a questão da estratificação educacional, dos mecanismos relacionados ao modelo de segregação residencial e do contexto de moradia, conforme afirmam Ribeiro e Kolinski:

[...] somente uma terceira geração de estudos, realizados nas últimas duas décadas, têm conjugado abordagens da sociologia urbana e da sociologia da educação para tratar fatores relacionados à organização social do território e seus possíveis efeitos sobre as oportunidades educacionais (2008, p.2).

Pesquisas recentes¹ desenvolvidas em Educação norteiam-se pela investigação acerca das desigualdades educacionais, tendo como foco a questão da exclusão social. Uma expressiva produção bibliográfica em pesquisas tem sido produzida, buscando-se referenciais explicativos para a realidade educacional não igualitária, em que o discurso de escola democrática depara-se com as contradições inerentes a ela, uma vez que ao mesmo tempo em que a escola afirma a igualdade dos indivíduos, reproduz contraditoriamente os problemas da desigualdade e da exclusão social. No entanto, questões relacionadas ao sucesso e ao insucesso da escola permanecem em aberto. Apesar dos resultados em educação no Brasil apresentarem uma realidade que generaliza o sucesso e o insucesso, atribuindo às regiões mais pobres os resultados menos favoráveis (UNESCO 2009), questões relacionadas às escolas, que mesmo fazendo parte deste contexto de pobreza e desigualdade social, conseguem obter sucesso, com positivos resultados escolares, carecem ainda de serem investigadas.

Sant'Ana afirma:

Morar em territórios pobres, isolados, contribui para que os indivíduos fiquem excluídos das principais correntes de influência da sociedade, vivenciando situações de fragilização social, tanto frente ao mercado de trabalho, quanto frente à família, à escola e à moradia. Na ausência de mecanismos que permitam romper com essa situação de precariedade, seja por meio da renda gerada pelo trabalho, seja por meio da mobilidade social propiciada pela educação, recria-se o processo da causalidade circular da pobreza. As oportunidades de trabalho e educativas podem, portanto, representar um diferencial nesse processo (2009, p. 01).

¹Destacando-se BRACHO (2003), GACITÚA (2000), OLIVEIRA (2003), SPOSATI (2000; 2004) e ZALUAR (1997)

No Brasil, as causas da pobreza estão fortemente vinculadas à questão da distribuição de renda, com uma realidade em que, de cada cinco crianças de até 17 anos, pelo menos uma ainda vive em uma família sem renda suficiente para garantir a satisfação das necessidades nutricionais mais básicas de seus membros. De acordo com BRONZO (2010), “[...] é importante enfatizar-se que pobreza e desigualdade são fenômenos diversos, mas no Brasil tais fenômenos se sobrepõem. Parte expressiva da pobreza no Brasil não está associada à escassez de recursos, mas à perversa estrutura de desigualdade na distribuição da renda.” (p. 4). A incorporação do debate acerca da desigualdade e da pobreza na agenda das políticas públicas no Brasil, considerando a complexidade de tais questões, que não permite uma abordagem superficial do tema, compreende a discussão, ainda de acordo com a autora citada acima, acerca da

[...] possibilidade de políticas mais universais de provisão de bens e serviços sociais, além de estratégias redistributivas para redução dos níveis de desigualdade [...]. Forçosamente, equacionar o problema da pobreza implica rever normas e padrões de justiça que orientam as ações distributivas em cada sociedade. (p.4).

Neste trabalho buscar-se-á analisar o sistema educacional municipal de Macaé/RJ, tendo como foco duas escolas públicas de anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando-se o desenho da realidade atual de Macaé, em que se situam, no universo das escolas, realidades bastante diversificadas. Este texto se originou no estudo que ainda está sendo desenvolvido: “Universalização dos Direitos da Criança: uma Abordagem da Gestão em duas escolas da Rede Pública Municipal no Município de Macaé/RJ”, norteado pelas seguintes indagações: quais fatores contribuem, ou mesmo, ocasionam as desigualdades educacionais na educação pública municipal de Macaé; em que medida a autonomia da escola favorece ou não o desempenho diferenciado das escolas; em que medida a organização social do território tem influência nos resultados escolares?

A CIDADE DE MACAÉ

O município de Macaé, apesar dos desmembramentos de antigos distritos, permanece como um dos mais extensos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Possuía no ano 2000, segundo o Censo Demográfico do IBGE, 132.461 residentes, distribuídos em 1.206.000 km² de área territorial, que se constituía de área predominantemente rural (1.139,1 km²). Apesar da predominância do espaço rural no território municipal com 92,9% da área total do município (Gráfico 1), há uma concentração da população nas áreas urbanas, localizada espacialmente na

faixa litorânea, devido ao crescimento e à chegada de imigrantes., Macaé tornou-se um pólo de atração para a população circunvizinha e de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, que chegou para trabalhar e fixar residência. .

Atualmente, o município está organizado em nove Setores Administrativos, identificados por cores e números, com seus respectivos Bairros e/ou Distritos e Localidades, de acordo com o ordenamento territorial determinado pela Lei 045 de 10 de dezembro de 2004, aprovada pela Câmara de Vereadores. O quadro 1 apresenta os Setores Administrativos, com a sua respectiva localização geográfica no município:

Quadro 1 – Ordenamento territorial do município de Macaé –2004

ÁREA	DISTRITO	SETORES ADMINISTRATIVOS
URBANA	1º	Setor Administrativo Azul - 1
		Setor Administrativo Amarelo - 2
		Setor Administrativo verde 3
		Setor Administrativo vermelho 4
		Setor Administrativo Vinho 5
		Setor Administrativo marrom 6
SERRA	3º E 6º	Setor AdministrativoBege - 7 (Região Serrana - 3º e 6º
	4º E 5º	Setor Administrativo Laranja- 8 (Região Serrana - 4º e 5º
	2º	Setor AdministrativoCinza - 9
RURAL	1º	Área Rural do 1º Distrito

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007

A forte atração que o mercado, em plena efervescência, originou, marcou profundamente o seu processo de urbanização. Situado na região norte-fluminense, o ciclo do petróleo marca profundas transformações na região, notadamente pela superação da estagnação/decadência da atividade sulcroalcooleira. O encerramento do ciclo da cana, uma atividade predominantemente rural,e o surgimento do ciclo do petróleo, situado no espaço urbano, provocou mudanças profundas na cidade e região ao modificar o perfil das novas oportunidades de empregos.

Ocorreu então uma forte mudança na sua paisagem urbana que modificou a sua estrutura arquitetônica em duas perspectivas: com a especulação imobiliária edifícios residenciais e comerciais foram construídos e grandes parques industriais se configuraram, modificando a paisagem natural das praias, morros, rios, lagoas, mangues e ruas.

O problema mais grave, comparado aos das grandes metrópoles,é o problema da segregação espacial. A partir do intenso fluxo migratório a favelização amplia-se. Com a favelização e a formação de uma grande periferia urbana, o que se constata é um elevado

processo de segregação do espaço geográfico, conforme estudos realizados a respeito². De acordo com os dados apresentados no Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS (SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE MACAÉ, 2010, p. 87), o município possui 19 assentamentos precários, compreendendo um universo de 16.092 domicílios e uma população de 52.838 pessoas (30% da população do município). O censo demográfico 2010 identificou 12 aglomerados subnormais no município, com 11.413 domicílios, uma população de 36.233 habitantes (17,5% da população) e com valor do rendimento nominal mediano mensal de R\$ 600,00, considerando as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Os dados do censo demográfico de 2010 mostram uma redução nos rendimentos da população ocupada de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal no município, em comparação ao Censo do ano de 2000, considerando-se que, em 2000, 27,8% das pessoas de 10 anos recebiam até dois salários mínimos e que em 2010, este percentual sobe para 39,6%. Por sua vez, o rendimento mediano dos 27,8% mais pobres da população ocupada cresceu 11,7% em relação ao censo anterior, ao passo que para os 6,5% mais ricos a redução foi de 9,0%, resultando num aumento no grau de desigualdade entre esses grupos. Em 2010, o rendimento médio dos 6,5% mais ricos era 39 vezes o rendimento médio dos 27,8% mais pobres.

O censo também mostra que 42,4% dos domicílios têm renda per capita familiar de até um salário mínimo (R\$510,00). Estes estão nos bolsões de pobreza e vivem em miseráveis condições, os quais estão situados nas áreas da periferia urbana, concentradas no distrito sede. Devido à dificuldade de disciplinar o seu crescimento urbano, apoiando-se em planos urbanísticos, favelas foram erguidas em áreas ambientais, onde a população pobre vive sem condições de higiene, moradia e qualquer estrutura urbana.

O município de Macaé é então um espaço urbano capitalista, fragmentado, complexo, apresentado uma problemática, fruto da relação histórica estabelecida entre o espaço e a sociedade, o que vai além da dicotomia urbano/rural, comumente presente nos discursos referentes ao termo “urbanização”.

POSSÍVEIS EFEITOS SOBRE AS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS A PARTIR DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Pesquisas realizadas entre 1950 e 1960 nos Estados Unidos, França e Inglaterra voltavam-se à explicação de que “os resultados escolares estão vinculados às características

²Destacando-se COUTINHO (2011), PIQUET E SERRA (2007), SILVA (2006 e 2004) e TERRA E RESSIGUIER (2010).

socioeconômicas e culturais dos alunos” (NÓVOA,1999, p. 15). Ainda de acordo com Nóvoa (p.15), de forma “original e inequívoca” os estudos de Bourdieu e Passeron (1964, 1967) e as investigações de Coleman (1966) demonstraram a impossibilidade de isolar a ação pedagógica do universo social que a envolve, revelando que as variáveis familiares, sociais, culturais interferem no resultado dos alunos na escola. Tais estudos “subestimaram a influência das variáveis escolares e dos processos internos aos estabelecimentos de ensino” (NÓVOA, 1999, p. 15). A discussão sobre o sucesso da gestão do sistema escolar ainda permanece em aberto. O questionamento acerca das características necessárias à escola para obter sucesso e o manter, assim como indagações sobre o que faz uma escola obter sucesso e outra não impulsionam novas vertentes de análise, no intuito de se buscar pressupostos que possibilitem a compreensão de uma identidade da própria escola.

A escola - o seu cotidiano e a prática escolar - possui um dinamismo próprio que não absorve linearmente as determinações, preceitos e regras definidos pelas definições legais e administrativas estabelecidas pelos órgãos exteriores a ela, estando influenciada pela dialética do cotidiano, expressa na relação entre as práticas educacionais e as realidades sociais exteriores. Neste sentido, a partir do papel central atribuído à escola, enquanto constituinte de uma “[...] territorialidade espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos actores educativos internos e externos [...]” (NÓVOA, 1999, p. 16), a abordagem sobre as organizações escolares passou a ser fortemente investigada, dentro de um esforço de construção de uma pedagogia centrada na escola.

A análise aqui compreendida se desdobra sobre os indicadores demográficos e educacionais, buscando observar os efeitos da organização do território sobre as oportunidades educacionais. A escola não mais entendida como um *locus* apenas de efetivação de um determinado projeto político de governo, constitui-se um espaço de produção do seu próprio projeto de educação, passando a se desenvolver, considerando não apenas sua centralidade em termos de estudo - mas a sua complexidade, heterogeneidade e diversidade (LIMA 2011) - e enquanto uma instância que produz regras formais ou informais (auto-organização), considerando as margens de autonomia que caracterizam as organizações sociais (LIMA, 1991). Tal perspectiva situa-se dentro dos estudos feitos pela Sociologia das Organizações Educativas³, que dirige um acentuado valor à escola enquanto uma organização, dotada de autonomia e enquanto espaço de formação, centro de investigação e experimentação.

³A Sociologia das organizações educativas desenvolveu “novas abordagens disciplinares, atribuindo à escola uma contribuição conceitual e metodológica, compreendendo os domínios da gestão, da avaliação, da auditoria, da inovação e etc. (BARROSO, 1996, p.10).

É certo que a pobreza tem cor, é espacialmente localizada “e que o território é uma categoria central para caracterizar a pobreza quanto à sua reprodução”. (BONZO, 2010, p.8) No Brasil, as desigualdades presentes na sociedade ainda têm um importante reflexo no ensino brasileiro. De acordo com os dados da PNAD, há uma gradual redução dos alunos que permanecem fora da escola: em 2007- 2,4%, em 2008 – 2,1% e em 2009 – 2,0% da população. Apesar de parecer pouco, em 2007 (PNAD 2007), estes percentuais representam cerca de 680 mil crianças de 7 a 14 anos oriundas em sua maioria de populações vulneráveis, como as negras, indígenas, quilombolas, pobres, sob risco de violência e exploração, e com deficiência, que vivem nas regiões que apresentam os maiores índices de pobreza do país e as menores taxas de escolaridade (Norte e Nordeste). Deste total, total cerca de 450 mil são negras e pardas (UNESCO, 2009).

A questão da pobreza remete à discussão sobre a situação de vulnerabilidade social em que vive esta população, considerando que, enquanto circunscritos a um território ou região da cidade ou do município (JUNQUEIRA, 1999) demanda estratégias de ação inclusivas, voltadas para o atendimento das diversidades desta população, compreendendo, além da renda, o acesso a serviços públicos e sociais de qualidade; relações sociais, familiares e comunitárias de caráter mais positivo; acesso a trabalhos qualificados, que confirmam aos indivíduos não apenas renda, mas também uma identidade e um “lugar social” (BRONZO, 2010, p.8), associando a idéia de integração, de território, de equidade, enfim, de direitos sociais, numa referência à população e aos seus problemas, circunscritos.

Do total de 90.9% dos alunos matriculados no 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais que frequentaram as escolas da região urbana em 2011, concentraram-se na área nobre da cidade 38,8% destes. Na área pobre da cidade, estavam 61.2% dos alunos de toda a região urbana. Esta acentuada diferença mostra a desigualdade social ocorrida e sua distribuição territorial na área urbana do município. Em seu trabalho “Exclusão Social e Desenvolvimento Humano em Macaé”, Costa (2005), com base nos dados apontados pela Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão, demonstra uma “apartação social e geográfica entre os residentes de Macaé” (p. 139), e, conseqüentemente, entre a população em idade escolar. Segundo o autor:

[...] Macaé [...] é uma “cidade partida”, de um lado, uma área nobre e valorizada, na qual seus moradores são brancos, apresentam renda elevada, têm carteira de trabalho assinada, possuem plano de saúde privado e matriculam seus filhos em escolas particulares; do outro lado, uma periferia pobre, favelizada e negra, caracterizada pelo

trabalho informal ou pelo desemprego, pela baixa escolaridade e pelo recurso à rede pública de saúde. (p. 169)

Ao analisar os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2009 e 2011, no município de Macaé, que integra os resultados da Prova Brasil e a aprovação registrada no Censo Escolar, observa-se a ocorrência de um processo complexo, em decorrência de existirem escolas com um alto desempenho e escolas consideradas de atendimento prioritário e abaixo da média nacional em 2007 (Ideb 4,2 para os Anos Iniciais e 3,8 para os Anos Finais), que desde 2009 recebem apoio financeiro normatizados pela Resolução N° 4, do PDDE, de 17 de março de 2009.

No universo das escolas que foram avaliadas em 2007⁴, 31 escolas de Anos Iniciais e 16 de Anos Finais, cinco escolas foram incluídas na lista⁵ de escolas prioritárias e sete escolas foram consideradas como escolas abaixo da média nacional. Considerando a avaliação realizada em 2009, das 35 escolas que foram avaliadas de Anos Iniciais, 05 escolas obtiveram notas 6,0 (meta a ser alcançada pelo país em 2022) ou acima de 6,0, sendo que 01 escola localiza-se na área rural e 04 escolas nos bairros com maior concentração de renda, situados na área urbana do 1° Distrito. Em contrapartida, das 10 escolas de Anos Iniciais que obtiveram o Ideb menor que 4,6 (média nacional em 2009), 03 estão localizadas na área rural e 07 nos bairros com menor renda mensal familiar. A avaliação realizada em 2011 apresenta uma pequena modificação neste panorama:

Considerando a variável renda como fator determinante para a desigualdade social e para a segregação urbana, buscamos fazer um cruzamento desta variável com o desempenho das escolas no Ideb, traçando um mapeamento destas duas variáveis e posteriormente, realizando uma análise do comportamento dos dados observados. Neste caso, levamos em consideração os bairros situados no 1° distrito da cidade, o distrito sede que tem por nome Macaé, essencialmente por ser este o distrito que concentra 90,9% do total de alunos matriculados, conforme já apresentado acima.

A tabela 02, que segue abaixo, mostra que o maior quantitativo de alunos está concentrado nos bairros de três setores: Setor Administrativo 06 - Marrom (5450), seguido do Setor Administrativo 05 – Vinho (4730) e do Setor Administrativo 06 – Vermelho (3450). Analisando a questão renda, os Setores Administrativos que apresentam as menores rendas per

⁴O município possuía no ano de 2009 e 2011 o seguinte quantitativo de escolas de Ensino Fundamental: 38 escolas de Anos Iniciais e 18 de Anos Finais.

⁵ A listagem das escolas consideradas como prioritárias e abaixo da média nacional se encontra disponível através do seguinte endereço: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12698:saiba-mais&catid=195:seb-educacao-basica.

capita (IBGE, 2010) cujos bairros apresentam o maior percentual de rendimento até dois salários mínimos, são respectivamente: Setor Administrativo 06 – Marrom, Setor Administrativo 03 – verde; Setor Administrativo 05 – Vinho e o Setor Administrativo 02 – Amarelo. Os Setores Administrativos que apresentam as maiores rendas em todos os seus bairros, considerando renda de 05 salários mínimos ou mais são, respectivamente: Setor Administrativo 01 – Azul, Setor Administrativo 02 – Amarelo e o Setor Administrativo 06 – Vermelho. Esta análise permite inferir acerca da acentuada desigualdade de renda presente no município, onde coexistem bairros considerados ricos e outros considerados muito pobres.

Ao analisar os setores com melhor desempenho no Ideb(Ideb 5,0 ou acima de cinco em todos os seus bairros), observa-se que se destacam o Setor Administrativo 01- Azul e o Setor Administrativo 06 – Vermelho, bairros com melhor remuneração salarial mensal. Os demais setores apresentam uma acentuada variação com resultados no Ideb em 2009 acima de 6,2 e outras com resultados até 3,7 e em 2011, Ideb acima de 6,4 e outros com resultados até 3,8.

Tabela 02 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita em 2010

Setor Administrativo	População	Bairros selecionados	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo) (1)								Nº de alunos matriculados em 2011		Total de alunos por setor administrativo	Resultado do Ideb dos Anos Iniciais (3)	
			Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento (2)	Anos Iniciais	Anos Finais		2009	2011
SA 01 - AZUL		Lagoa	1,0	3,0	7,9	15,5	16,1	24,8	30,1	1,7	117	-	1347	A-5,3	A-6,1
		Glória	1,9	4,9	9,6	14,9	12,7	16,8	34,4	4,8	569	661		A-5,0 B-6,1	A-5,2 B-6,1
SA 02 - AMARELO	32.384	Riviera	1,7	6,8	16,8	25,4	13,5	14,7	17,2	4,0	322	-	2997	A-4,9	A-5,0
		Praia Campista	2,9	8,9	18,0	19,2	10,6	11,6	19,8	9,0	163	862		A-4,6	A-5,4
		Miramar	1,3	6,0	18,9	31,6	17,0	13,4	8,6	3,1	134	637		A-4,6 B-4,7	A-4,1 B-4,7
		Visconde de Araújo	1,2	7,3	22,3	33,5	15,7	11,3	6,1	2,6	422	457		A-4,8	A-4,7
SA 03 - VERDE	29.660	Aroeira	2,5	10,7	27,4	30,9	11,4	8,7	5,5	2,9	929		2460	A-5,2 B-5,6	A-5,4 B-5,9
		Botafogo	6,5	20,5	34,4	27,2	4,2	1,5	0,4	5,3	820	331		A-4,4 B-3,7 C-3,9	A-4,3 B-4,1 C-3,8
		Virgem Santa	2,8	18,7	31,8	22,4	4,7	4,7	1,2	13,7	238	142		A-4,5	A-4,0
04 - VERMELHO	17.337	Centro	0,8	3,7	13,5	27,0	17,9	16,7	16,7	3,7	1193	1045	3564	A-5,0 B-6,0 C-5,5	A-5,3 B-6,4 C-5,7

		Imbetiba	1,0	3,8	15,7	22,1	15,7	16,3	22,3	2,9	1230	-		A-5,1 B-6,0	A-5,6 B-5,7
		Cajueiros	16,12	22,43	11,10	9,53	6,12	1,96	16,12		96	-		A- NA*	A-4,5
SA 05 - VINHO	44.239	Barra de Macaé	5,2	18,2	33,9	26,1	6,5	3,0	1,5	5,5	2304	800	4730	A-4,4 B-4,8 C-4,4 D-4,4	A-4,3 B-5,0 C-4,4 D-4,5
		Ajuda	4,9	17,2	31,3	26,4	8,3	3,9	1,2	6,8	929	697		A-4,0 B- NA* C- NA*	A-4,9 B- NA* C- 5,2
SA 06 - MARROM	48.864	Parque Aeroporto	1,9	9,3	26,3	34,7	13,9	7,4	2,8	3,6	1658	1461	5450	A-4,2 B-5,1 C- NA*	A-4,0 B-4,9 C- NA*
		Lagomar	5,4	18,2	33,9	26,9	6,7	2,9	0,8	5,2	1469	469		A- NA* B-4,8	A-5,3 B-4,4
		São José do Barreto	5,8	15,3	30,8	26,6	8,6	3,4	2,5	7,0	393	-		A-6,2	A-5,7

As escolas (escolas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental) que estão sendo investigadas nesta pesquisa apresentam realidades bastante distintas, no que se refere aos resultados obtidos no Ideb, mas assemelham-se no que se refere ao contexto territorial onde estão inseridas. A seguir passaremos a analisar a situação das duas escolas e contexto onde estão inseridas. Ainda que brevemente, a apresentação dos dados e análise destes contribuirá para a discussão que priorizamos neste estudo.

O COLÉGIO MUNICIPAL BOTAFOGO

Situada no bairro Botafogo, localizado no Setor Administrativo 03 – Verde, na área urbana do ° distrito – Macaé, com uma população crescente de acordo com os dados dos censos demográficos do IBGE (em 2000, 9758 pessoas e em 2010, 12933), a escola insere-se no contexto de numa periferia urbana bem próxima à área central comercial da cidade, com acentuados problemas sociais: precária infra-estrutura urbana, degradação do meio ambiente, violência, desemprego e miséria⁶. De acordo com os dados do censo 2010, é o segundo bairro com a menor renda domiciliar per capita de todo o município, 88,6%, considerado rendimento até dois salários mínimos.

Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS (Secretaria Municipal de Habitação, 2010), o bairro é classificado como uma Zona Especial de Interesse Social

⁶ Abordagem extraída através de dados obtidos junto à Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão

Malvinas, possuindo dois assentamentos precários de tipologia Setor de Requalificação Urbano Ambiental de intervenção complexa (Botafogo e Morro do Lazaredo).

De acordo com os dados da Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2007/2007, 36,1% da população é migrante, sendo que 63,3% são oriundos do próprio estado do Rio de Janeiro. Mesmo possuindo uma população jovem, com cerca de 60% de sua população de até 29 anos de idade, apresenta um acentuado percentual de pessoas que não freqüentavam a escola (64,8%). Dos que freqüentavam, 56,5% estavam no Ensino fundamental e 13% no Ensino Médio. Declararam ter o Ensino Fundamental completo apenas 71,3% da população. Apresenta uma taxa de analfabetismo de 7,7%. Não trabalham 49,8% da população, sendo que, dos que trabalham, 82,2% atuam no ramo de serviços. Declararam que trabalham, mas não possuem carteira assinada, 42,5% da população. Declararam ser estudantes 37% da população; vivem de renda, 26,8%; outros motivos 17,3% e aposentados, 9,2%.

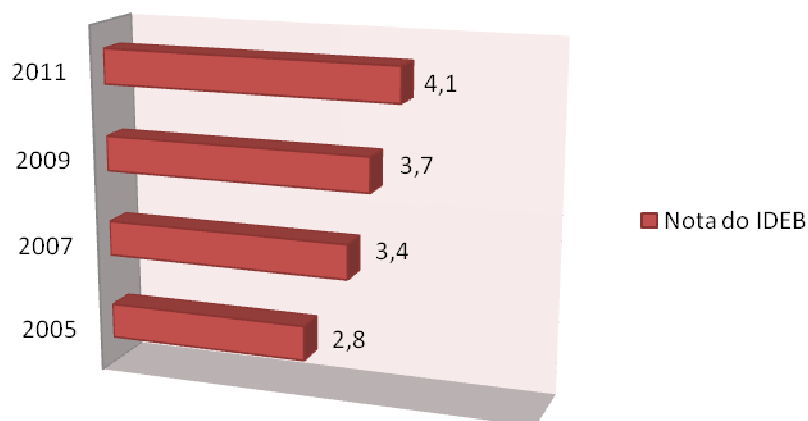
Moram em domicílio do tipo casa, 98,2%, sendo que em casas alugadas, 22,2% e de tipo alvenaria sem reboco 17,9%. Não possuem cadastro na prefeitura 34,5% dos domicílios. Utilizam como destino sanitário rio, mar ou lagoa (13,1%) e céu aberto ou vala (11,4%). Consomem água sem tratamento 30,2% e declararam não ter telefone 29,5% dos domicílios. Não possuem acesso a internet 95,3% e em 84,6% dos domicílios não há veículo automotor.

O Colégio, de acordo com os dados fornecidos pela Supervisão Escolar da Secretaria Municipal de Educação registra 38 turmas em 2012, sendo que 22 dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, 04 da Educação de Jovens e Adultos - EJA, 01 multifuncional e 11 de atividades complementares. Nele atuam 103 funcionários, sendo 54 professores de Ensino fundamental; 17 da EJA- Educação de Jovens e Adultos; 42 de atividades administrativas/pedagógicas; 19 de apoio pedagógico e 11 de apoio. Este quantitativo vem se mantendo ao longo dos anos. Relaciona 996 alunos matriculados, assim distribuídos: 308 dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 119 da educação de Jovens e adultos e 262 de Atividades Complementares. Funciona no período diurno, no sistema parcial de carga horária. Possui 16 salas de aula, sendo que 14 são utilizadas para tal fim; não há quadra esportiva; um laboratório de informática com 14 máquinas está instalado, massem acesso a Internet.

Analisando os resultados obtidos no Ideb (Gráfico 01) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, observa-se que esta escola por três anos consecutivos foi a que obteve o mais baixo resultado entre todas as escolas do município, embora tenha apresentado um resultado ascendente nestes três anos: em 2005 (2.8), em 2007 (3.4) e em 2009 (3.7). Em 2011 a escola continuou num movimento ascendente (4.1), melhorando o seu resultado quando comparado às

demais escolas Importante situar que os resultados alcançados sempre superaram a meta projetada pelo MEC/INEP (2007 – 2.9 , 2009 – 3.2 e 2011 – 3.6).

Gráfico 01 – Evolução do desempenho do Ideb em 2005, 2007, 2009 e 2011



Fonte: MEC/INEP

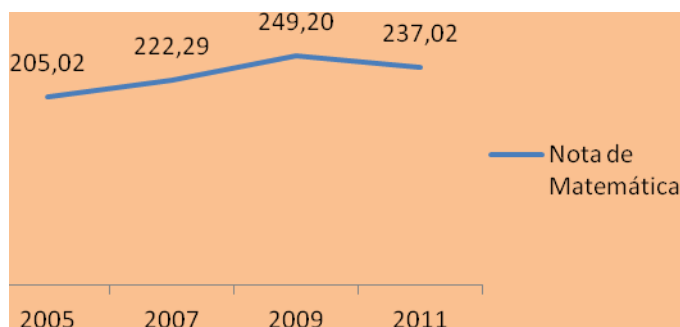
Ao analisar os indicadores taxa de aprovação e desempenho na Prova Brasil, percebe-se que ocorreu uma melhora principalmente, entre os anos, conforme demonstra a tabela 03 e os gráficos 02 e 03 que seguem abaixo. Associamos a melhora no Ideb em 2011 à melhora na taxa de aprovação do 1º ao 4º ano de escolaridade, e ao crescimento no desempenho da nota da Prova Brasil de Matemática e de Língua Portuguesa.

Tabela 03-Evolução da taxa de aprovação, por ano de escolaridade, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2005, 2007, 2009 e 2011

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
2005	80,0	60,0	49,3	74,5	72,1
2007	83,7	61,8	84,8	66,0	71,1
2009	78,4	89,4	69,7	78,9	85,3
2011	86,7	83,3	80,0	89,3	84,8

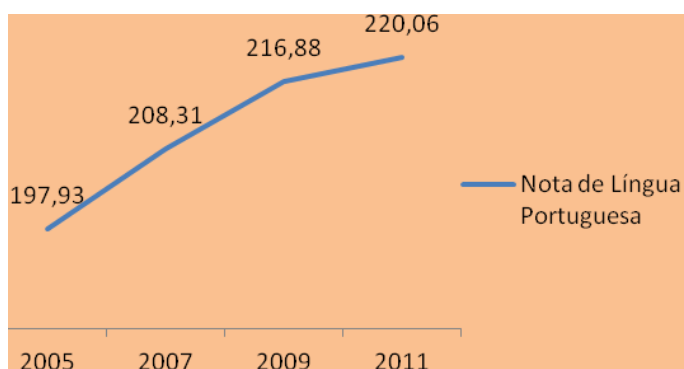
Fonte: MEC/INEP

Gráfico 02 - Desempenho obtido pelos estudantes na prova Brasil em Matemática em 2005, 2007, 2009 e 2011



Fonte: MEC/INEP

Gráfico 03 - Desempenho obtido pelos estudantes na prova Brasil em Língua Portuguesa em 2005, 2007, 2009 e 2011



Fonte: MEC/INEP

O COLÉGIO MUNICIPAL JOSÉ CALIL FILHO

Situada no bairro São José do Barreto, localizado no setor administrativo 06 – Marrom, na área urbana do 1º distrito – Macaé, situa-se distante fisicamente da área central do município, e é marcado pela segregação espacial, com pouco acesso aos bens e serviços e que tem apresentado um acentuado crescimento populacional (passando de 1.106 pessoas em 2000 para 2.300 pessoas em 2010). Apesar de possuir poucas residências “apresenta um acelerado ritmo de crescimento, por se tratar de uma área com espaço para crescer ... uma área típica periférica-urbana” (SILVA, 2004, p.24).

Ganhavam até dois salários mínimos (renda domiciliar per capita) de acordo com o censo 2010, 78,5% dos domicílios, sendo um entre os seis bairros com a menor renda mensal da população residente que trabalha em todo o município.

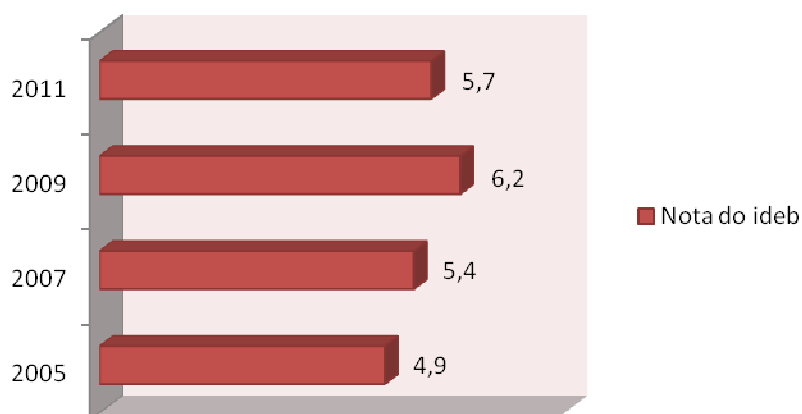
De acordo com os dados da Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2007/2007, 58% da população é migrante, sendo que 70,8% é oriunda do próprio Estado do Rio de Janeiro. Sua população é de variada faixa etária e apresenta um acentuado percentual de pessoas que não freqüentavam a escola (65,5%). Dos que frequentavam, 51,1% estavam no Ensino fundamental, 15,2% no Ensino Médio e 13,3 na pré-escola. Declarou ter o Ensino Fundamental completo apenas 63,9% da população. Apresenta uma taxa de analfabetismo de 7,5%. Não trabalham 49,7% da população, sendo que, dos que trabalham, 71,1% atuam no ramo de serviços. Declararam que trabalham, mas não possuem carteira assinada, 46,5% da população. Declararam ser estudantes 32,1% da população; vivem de renda, 25,6%; consideraram que lhes falta oportunidade 19,2% e aposentado, 13,5%.

Moram em domicílio do tipo casa, 90,1%, sendo que em casas alugadas, 27,3%. Não possuem cadastro na prefeitura 37,8% dos domicílios. Utilizam como destino sanitário rio, mar ou lagoa (10,5%) e céu aberto ou vala (2,3%). Consomem água sem tratamento, 16,3% e declararam não ter telefone 29,4% dos domicílios. Não possuem acesso a internet 94,2% e em 83,9% dos domicílios não há veículo automotor.

O Colégio, de acordo com os dados fornecidos pela Supervisão Escolar da Secretaria Municipal de Educação soma, em 2012, 20 turmas dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e 04 da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Seu quadro é de 52 funcionários, sendo 16 professores de Ensino fundamental; 12 da EJA; 16 de apoio pedagógico e 08 de apoio. Este quantitativo vem se mantendo ao longo dos anos. Registra 448 alunos matriculados, assim distribuídos: 374 dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 74 da educação de Jovens e Adultos. Funciona no período diurno, no sistema parcial de carga horária. Possui 10 salas de aula, sendo que 09 são utilizadas para tal fim; não possui quadra esportiva; há um laboratório de informática com 16 máquinas e com acesso à Internet.

Ao analisar os resultados obtidos no Ideb para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, observa-se um movimento ascendente no período de 2005 a 2009, apresentando um movimento descendente entre os anos de 2009 e 2011 (Gráfico 04). Em 2009, esta foi a escola com o mais alto resultado entre todas as escolas de Ensino Fundamental da área urbana do 1º distrito, 6,2. Em 2011 este índice caiu para 5,7, ficando em terceiro lugar quando comparado às demais escolas, considerando esta mesma variável de análise. Importante situar que a escola atingiu a meta projetada em 2009 e a superou nos anos de 2009 – 5.2 e de 2011 – 5.6.

Gráfico 04 – Evolução do desempenho do Ideb em 2005, 2007, 2009 e 2011



Fonte: MEC/INEP

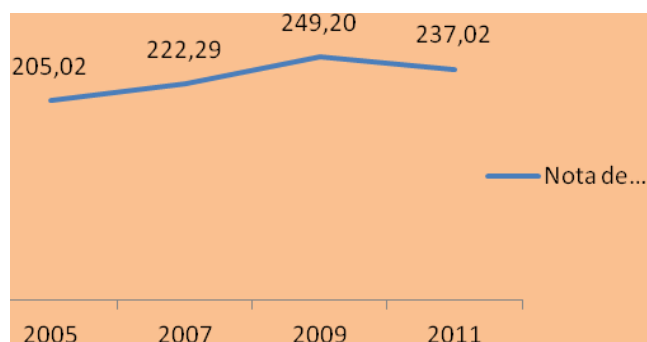
Ao analisar os indicadores taxa de aprovação e desempenho na Prova Brasil, percebe-se que ocorreu uma melhora principalmente, entre os anos de 2005 a 2009, conforme demonstra a tabela 04 e os gráficos 05 e 06 que seguem abaixo. Em 2011, apenas o 1º ano de escolaridade apresentou crescimento na taxa de aprovação em comparação ao ano de 2009. No entanto, é perceptível o movimento descendente no desempenho da Prova Brasil de Matemática no ano de 2011, quando comparado aos demais anos avaliados e o movimento ascendente no resultado de Língua Portuguesa, em todos os anos. A redução do Ideb em 2011 pode ser então associada a dois motivos: aumento na taxa de reprovação escolar do 2º ao 5º ano de escolaridade e menor desempenho na Prova Brasil de Matemática.

Tabela 04 - Evolução da taxa de aprovação, por ano de escolaridade, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2005, 2007, 2009 e 2011

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
2005	96,8	88,7	79,4	90,4	90,0
2007	96,8	82,7	88,1	86,5	100,0
2009	90,6	85,7	94,6	95,8	100,0
2011	94,3	82,0	81,4	86,3	97,4

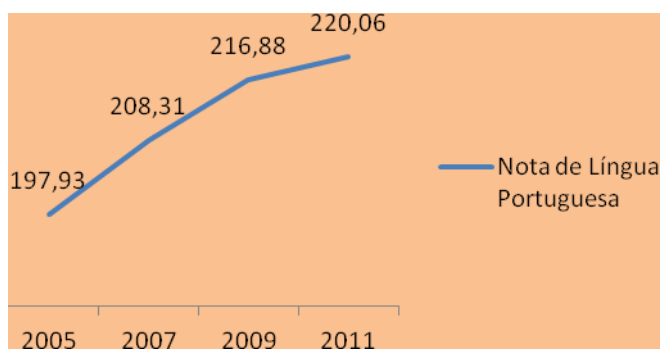
Fonte: MEC/INEP

Gráfico 05 - Desempenho obtido pelos estudantes na prova Brasil em Matemática em 2005, 2007, 2009 e 2011



Fonte: MEC/INEP

Gráfico 06 - Desempenho obtido pelos estudantes na prova Brasil em Língua Portuguesa em 2005, 2007, 2009 e 2011



Fonte: MEC/INEP

Após estas considerações, novamente voltamos à indagação inicial, objeto de estudo deste trabalho: tem a organização social do território influência nos resultados escolares? Mas tal questionamento suscita a seguinte interrogação: o que determina o sucesso ou o fracasso da escola? A análise do contexto das duas escolas parece nos encaminhar para a reflexão acerca de que a organização social do território pode não necessariamente interferir nos resultados escolares. Foram apresentadas neste estudo duas escolas situadas em territórios urbanos segregados espacialmente, porém, apresentando resultados diferentes no Ideb. São estas escolas retratos de sucesso? Quais são os indicativos que efetivamente podem elucidar o que faz uma escola obter sucesso e o manter? O ideário reprodutivista prevalece ainda no seio do discurso educacional ao ainda se considerar a influência da organização do território como fator determinante no desempenho escolar? São as variáveis sociais produtoras das desigualdades de aprendizagem conforme o debate pedagógico, dentro da abordagem macrossocial, tem considerado?

São questionamentos necessários ao se considerar que os dados extraídos do Ideb tornam público os indicadores de desempenho de cada escola, mas escondem e não desvelam e

muito menos revelam a sua identidade. Sob qual ponto de vista uma escola pode ser considerada de sucesso ou de fracasso?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do município de Macaé como referencial de análise, à luz dos pressupostos teóricos utilizados neste ensaio, deve-se à grande expressão que o município obteve no cenário nacional, em função da produção de uma forma de energia, amplamente valorizada pelo mercado internacional. Expressão essa que coloca o município como o único do estado entre o 15 melhores do país em qualidade de vida, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM), elaborado pela Firjan, com dados baseados nos índices de 2007. Um município rico, com abundantes recursos, porém com uma acentuada desigualdade social, conforme já demonstrado.

Foram destacadas, no universo das 109 escolas do município, duas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, situadas na área urbana do município, com localização espacial e territorial semelhantes, embora com desempenho no Ideb diferentes. No entanto, a breve análise desenvolvida, permitiu considerar que as dimensões sociais, pessoais, simbólicas e políticas do cotidiano escolar fazem da escola um espaço territorial e cultural com dinâmica própria, que vai muito além das estratégias de gestão promotoras da eficácia e eficiência padronizadas e até mesmo estereotipadas, veiculadas nas políticas reguladoras.

Acolhemos que o fracasso ou sucesso escolar não consideram quem são as crianças e os jovens que ocupam, quase que universalmente, os assentos das salas de aula brasileiras e, em especial, do município e das escolas que destacamos. Muitas vezes estão representados em indicadores que não traduzem a sua realidade. São graves os problemas enfrentados pelos meninos e meninas e pelos jovens e que interferem no seu direito de aprender: saúde, moradia, trabalho precoce, violência, preconceito, entre outros. São graves os problemas enfrentados nas salas de aula, na relação entre docentes e alunos: programas curriculares inadequados, que não consideram as necessidades de aprendizagem tendo em vista a realidade em que os alunos e professores estão inseridos; corpo docente mal preparado; estrutura física e pedagógica precárias, por exemplo.

Uma educação contextualizada não trata apenas de metodologias, de conteúdos, de didática, trata de uma visão de mundo, de uma tarefa política específica, considerando o contexto social em que aquela parcela de alunos está inserida. A educação tem uma função social. O que representa para os professores, funcionários, alunos e família das duas escolas

aqui em análise, o acesso, a permanência e o sucesso escolar? São dados que somente com uma observação acurada acerca do cotidiano da escola podem desvelar.

As pesquisas estatísticas que apresentam os indicadores educacionais brasileiros apontam os graves problemas, mas não consideram a grande distância que existe entre a escola e o mundo dos alunos. Oferecer vaga na escola, universalizar o ensino, não basta e os números já comprovaram isso suficientemente. A tão sonhada qualidade na educação brasileira precisa considerar que a desigualdade de oportunidades promove diferenças nas chances de desenvolvimento entre crianças com distintas origens sócio-econômicas. Mas, de qual oportunidade estamos falando?

Os vários fatores que podem influenciar no êxito escolar têm sido objeto de análise e estudo sobre a desigualdade educacional em larga escala e norteiam as discussões acerca dos indicadores de acesso, sucesso e permanência escolar. Os fatores extra-escolares referem-se a diversas variáveis, dentre elas, o estrato de pertencimento, o nível de instrução e a condição de trabalho e renda das famílias, as condições socioambientais, as condições de habitação e residência. Estes foram brevemente aqui analisados. Outros fatores identificam as variáveis intra-escolares, que abrangem desde a questão do gênero, etnia, origem cultural até a própria estrutura da escola, a formação dos professores, a gestão escolar, o projeto pedagógico e outros. Estes ainda carecem de ser investigados.

A questão que se coloca é então: é a gestão escolar a determinante para o sucesso ou o fracasso da escola? Quais são as características necessárias para uma gestão escolar oportunizar à escola a obtenção do sucesso? De que forma a relação entre os atores educativos internos e externos, sua relação dialética e complexa, assim como os projetos elaborados e vivenciados pela escola podem ser indicativos de sucesso escolar?

São questionamentos que encaminham para estudos posteriores.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, C. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. São Paulo, Editora UNICAMP, 2009.

BRACHO, T. *Exclusão educacional como dispositivo e exclusão social*. In: OLIVEIRA, M. C. Demografia da Exclusão Social. Campinas, Editora Unicamp, 2001.

BRONZO, B. *Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo*. In: Planejamento e políticas públicas. IPEA, Brasília, n. 35, jul./dez. 2010.

COSTA, Ricardo Cesar. *Exclusão Social e desenvolvimento humano: um mapeamento das desigualdades e do desenvolvimento sócio-econômico do município de Macaé. Análise Sociológica da Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão*. Macaé/RJ: Prefeitura Municipal de Macaé / Programa Macaé Cidadão, 2005.

COUTINHO, H. C. *Ordenamento territorial: considerações sobre o desenvolvimento urbano*. XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil no Cenário Econômico Mundial Belo Horizonte, MG, Brasil, 04 a 07 de outubro de 2011.

FERNANDES, M. C. S. G.. *A sociologia da educação como campo de conhecimento*. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 13-21, jul./dez. 2010.

GACITÚA E. ; SOJO C. & Davis, S. 2000. *Exclusión Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y El Caribe*. FLACSO - Banco Mundial, 2000.

JUNQUEIRA L. A. P. A. *Descentralização, intersectorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade*. Revista FEA-PUC-SP, São Paulo, v. 1, p. 57-72, nov. 1999.

LIMA, Licínio. *A escola como organização educativa*. São Paulo, Cortez editora, 2011, 4ª Ed. _____ *Planos, estruturas e regras organizacionais: problemas de focalização no estudo da escola como organização*. Revista Portuguesa de Educação, v. 4 nº 02, 1991.

NÓVOA, António.(org.) *As Organizações Escolares em análise*. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1999.]

OLIVEIRA, L. *Os Excluídos Existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, 1997, ano 12, n. 33.

PIQUET, Rosélia& SERRA, Rodrigo (orgs.) *Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância*. Ed. Garamond Universitária, Rio de Janeiro, RJ. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. *Plano Municipal de Educação de Macaé*, 2008. Disponível em: www.macaerj.gov.br/semmed/

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. *Relatório da Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006/2007*. Programa Macaé Cidadão, 2012.

RIBEIRO, L. C.& KOSLINSKI, M. *Efeito Metrôpole e Acesso às Oportunidades Educacionais*. Trabalho apresentado no 32º Encontro Anual da ANPOCS, em 06 de setembro de 2008, Caxambu, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/TrabalhoANPOCS2008.pdf>. Acesso em 23/08/2011.

ROLNIK, R. *O que é a cidade*. Coleção Primeiros Passos. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SANT'ANNA, M.J.G. *O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança*. In:Carneiro, S. M. S. e Sant'Anna,M.J.G. (orgs.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. *Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS*, Prefeitura Municipal de Macaé, 2010. <http://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1317371032.pdf>.

SILVA, Leonardo de Carvalho. *Da cana ao petróleo: dinâmica intra-urbana recente em Macaé*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social. ENCE/IBGE, Rio de Janeiro, maio de 2006.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*, Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSATI, A et al. *A Pesquisa Sobre Segregação: conceitos, métodos e medições*. Espaço & Debates. 2004, v. 24, n. 45.

TERRA E RESSIGUIER. *Mudanças no Espaço Urbano de Macaé: 1970-2010*. Trabalho Apresentado na Oficina sobre Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas – o caso de Macaé (RJ), UFF, em Niterói, entre 7 e 9 de dezembro de 2010.

THEIS, Ivo Marcos e BUTZKE, Luciana. *O desenvolvimento geográfico desigual de uma perspectiva latino-americana*. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/13_ivotheis&lucianabtzke.pdf.

UNICEF. *Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009 – O Direito de Aprender: Potencializar Avanços e reduzir desigualdades*. Brasília, DF, 2009.

ZALUAR, A. *Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas*. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 35, Paulo, 1997. Disponível em: www.scielo.org.